**O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): UMA POLÍTICA EQUALIZADORA?**

*Diones Bernardes dos Santos Motta[[1]](#footnote-0)*

*Juliana Rodrigues de Oliveira Souza[[2]](#footnote-1)*

**Resumo:** O presente artigo é fruto de parte da pesquisa realizada através do grupo de pesquisa dos autores e busca discutir o Plano de Ações Articuladas (PAR) como estratégia nacional de assistência técnica e financeira contemplado pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007). De cunho qualitativo, no exercício de uma revisão sistemática da literatura e análise documental, o trabalho em tela pretende investigar o Plano, no que se refere à sua capacidade de possibilitar uma política de educação equalizadora em nível nacional. A definição de políticas públicas e a definição do papel do Estado perante às leis de mercado em uma sociedade capitalista presentes em O’CONNOR (1977) auxiliaram a investigação enquanto referenciais teórico-metodológicos. Segundo o autor, o processo de acumulação capitalista é contraditório com o papel de legitimação social que o Estado deve desempenhar em relação à equalização, como se propõem políticas públicas como o PAR. Neste cenário, por meio de levantamento bibliográfico e análise documental, pudemos entender a proposta inicial do PAR e como ele foi se configurando no decorrer dos quase 15 anos de sua criação e o artigo acaba por fazer uma investigação do mesmo como uma importante ferramenta de gestão que objetiva a organização e o planejamento da política de educação que os municípios, os estados e o Distrito Federal elaboram de maneira plurianual. Como conclusão parcial, entendemos que o Plano pode ser visto como uma política equalizadora de assistência técnica e financeira, onde é possível verificar o monitoramento das ações para a Educação Básica de todo o país, ao mesmo tempo que expõe também as (im)possibilidades no cenário da educação brasileira.

**Palavras-chave:** Plano de Ações Articuladas. Política de Educação. Financiamento.

**Referências Bibliográficas**

BRASIL. **Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da Educação Básica. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais.** São Paulo: Cortez, 1980.

O’CONNOR (1977) IN PALMA FILHO, J. C**. Impactos da globalização nas políticas públicas em educação**. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/36/4/D03\_Impactos\_Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em 10 nov. de 2022.

1. Doutorando e Mestre em Educação pelo PPGEdu/UFF; NUGEPPE/UFF; Pedagogo do IFRJ; dionesmotta@hotmail.com [↑](#footnote-ref-0)
2. Doutoranda e Mestra em Educação pelo PPGEdu/UFF; NUGEPPE/UFF; Cientista Social; Professora da Rede Estadual do RJ; juliana.rosouza@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)